

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS**  
**INSTITUTO MENINO MIGUEL**  
**I CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

**LUZINETE VIRGÍNIA AIROLA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS É DIREITO: APRIMORANDO A  
PRÁTICA E AS OFERTAS DOS SERVIÇOS COM EDUCADORES(AS)  
SOCIAIS**

Recife - PE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS**  
**INSTITUTO MENINO MIGUEL**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**

LUZINETE VIRGÍNIA AIROLA DA SILVA

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS É DIREITO: APRIMORANDO A  
PRÁTICA E AS OFERTAS DOS SERVIÇOS COM EDUCADORES(AS)  
SOCIAIS**

Monografia apresentada ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

Orientador (a): Ma. Priscilla Karla da Silva Marinho.

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel de Aragão Uchôa Fernandes.

Recife - PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S586Airo  
a dae      SILVA, LUZINETE VIRGÍNIA AIROLA DA  
EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS É DIREITO: APRIMORANDO A PRÁTICA E AS OFERTAS DOS  
SERVIÇOS COM EDUCADORES(AS) SOCIAIS / LUZINETE VIRGÍNIA AIROLA DA SILVA. - 2023.  
54 f. : il.

Orientadora: Priscilla Karla da Silva Marinho.  
Coorientadora: Raquel de Aragao Uchoa Fernandes.  
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em  
Gestão de Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Educação Permanente. 2. Burocratas do nível de rua. 3. Desigualdade Social. I. Marinho, Priscilla Karla da Silva,  
orient. II. Fernandes, Raquel de Aragao Uchoa, coorient. III. Título

---

CDD 320.6

Monografia apresentada ao Instituto Menino Miguel, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Sociais.

**EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS É DIREITO: APRIMORANDO A PRÁTICA E AS OFERTAS DOS SERVIÇOS COM EDUCADORES(AS) SOCIAIS.**

LUZINETE VIRGÍNIA AIROLA DA SILVA

Monografia apresentada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Orientadora: Ma. Priscilla Karla da Silva Marinho (PGCDS-UFRPE).

---

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel de Aragão Uchôa Fernandes (DCC-PPGECI-UFRPE).

---

1<sup>a</sup> Examinador (a): Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Maurício Sardá de Faria (DECISO-UFRPE).

---

2<sup>a</sup> Examinador: Me. Felipe Gabriel Gomes de Medeiros (PPGCI/UFPE).

---

Coordenadoras: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Maria Bezerra (DECISO-UFRPE) e a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Valéria Severina Gomes (DL-UFRPE).

Aos meus pais pelo amor, cuidado e liberdade. Pelas histórias que contavam na minha infância fortalecem a minha criança interior com meu porto seguro.

## AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada quantas descobertas indispensáveis sendo impossível deixar de reconhecer o quanto esses meses de estudo foram de uma verdadeira revolução em minha trajetória profissional e pessoal, gostaria de registrar a importância que me fizeram superar limitações, medos cansaço, inseguranças e o melhor de tudo: o contato com conhecimento e a produção científica.

Chegando ao fim desse percurso e lembrar as aulas, das reflexões e conceitos construídos, brincadeiras dos colegas de turma e principalmente o conhecimento adquirido compartilhado. Essa construção não foi individual, foi um processo irmanado, e aqui eu deixo minha sincera e calorosa gratidão.

À professora Raquel Uchôa Fernandes, (co) orientadora desse trabalho, pelo incentivo, escuta e acima de tudo valorizando cada encontro de orientação, conversa ideia e compartilhadas de uma forma generosa genuína com a leveza e beleza da pessoa humana que ela revela.

À professora Priscilla Karla da Silva Marinho, orientadora que tanto se dedicou junto a mim nesta caminhada, com seu olhar técnico e humanizado, revolucionando meus pensamentos, mostrando que é possível aprender sem sofrimento.

Ao professor Humberto da Silva Miranda, da Escola de Conselho de Pernambuco, por toda dedicação e olhar refinado para nós alunas e alunos trabalhadores da assistência social, ao Departamento de Letras e Instituto Menino Miguel.

Ao professor José Ricardo de Oliveira, da Escola de Conselhos e da Escola de Formação dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - ESFOSUAS/PE, por ter generosamente me acompanhado e apoiado no início de minha jornada na trajetória da assistência social.

Ao João Natan da Silva, educador e professor, por compartilhar seu conhecimento e generosidade que com o seu olhar de mundo tantas vezes me fez (re) significar o meu olhar.

Aos meus amigos de trabalho ou como carinhosamente chamamos de Parcinhas: Ana Paula, Diego, Priscilla, Roberto, Sueliton que tanto eu solicitei com as minhas dúvidas e muitas vezes chatice mas sempre me acolheram com tanto carinho.

Ao Programa CapacitaSUAS/PE em especial aos professores e professoras que tive o prazer e a hora de conviver, pelas orientações, discussões e reflexões que tanto contribuíram na minha construção.

À Paula Vanusa, coordenadora da Escola dos Trabalhadores do SUAS – ESFOSUAS/PE, pelo apoio de sempre e incentivo dessa especialização e idealizadora da ESFOSUAS/PE.

Aos professores e professoras da Especialização em Gestão de Políticas Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE que incansavelmente compartilharam seus saberes nos levando a reflexões e mergulhos profundos no conhecimento científico nos provocando a todo o momento a sair deste lugar comum em busca da ciência em busca de um mundo possível para todos com dignidade respeito e justiça social.

À minha família: meu maravilhoso pai, Júlio da Silva ao qual fazia questão de ser chamado pelo nome e sobrenome; minha mãe arretada, D. Dá; minhas irmãs “cajazeiras”, Jocely e Fátima; minhas sobrinhas amadas, Thalita e Victória; meu sobrinho querido, Julinho do meu coração, Romeu meu xodó. Pelo carinho e apoio, respeito que me fizeram ter a certeza que chegaria ao final do meu trabalho e por me sentir uma pessoa amada.

A arte de viver é simplesmente a arte de conviver...  
simplesmente, disse eu? Mas como é difícil!

Mario Quintana.

## RESUMO

O presente estudo se ocupou de refletir a partir de intervenção na educação permanente para educadores(as) sociais da política de assistência social, enquanto um processo de educação libertária que promova proteção social e protagonismo produtivo para os sujeitos, famílias, grupos e segmentos populacionais, mais particularmente dos trabalhadores e trabalhadoras de nível médio os “burocratas do nível de rua”. Mediante a vivência do processo de educação para os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de assistência social no estado de Pernambuco. O percurso pedagógico se desenvolveu em trilhas que levou a revisitar a prática e a metodologia com a educação popular, em meio a tempestades propriamente dita na construção do memorial; análise documental e discussões críticas a respeito de “quem tem direito a ser qualificado” ao desenvolvimento do conhecimento na direção democrática da educação. Pontuando o perfil do/da trabalhador/a do Sistema Único de Assistência Social - SUAS o acesso ao Programa Nacional Capacitação do Sistema Único de Assistência Social; durante o acompanhamento técnico da oferta dos cursos do CapacitaSUAS/PE em especial “Orientadores Sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos – SCFV”. A partir do encontro com a *pesquisa sobre implementação de políticas públicas e reprodução de desigualdades sociais*, acendendo sinalizadores para necessidade da educação do trabalhador (a) construído e desenvolvendo conhecimentos para lhe dar no contexto pobreza e extrema pobreza, negação de direitos, crescimento da desigualdade social. Buscar na qualificação do operador/trabalhador (a) da política pública como um dos principais pilares da prestação de serviço na trilha coletiva de luta, resistência e conquista de direitos fortalecendo o trabalho social, aprimorando a prática e as ofertas dos serviços. Nesta perspectiva, lançar um projeto de intervenção para a ampliação da oferta da educação permanente para trabalhadores/as do SUAS dos serviços de ponta com recorte no Serviço de Convivências e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, potencializar o trabalho social superando práticas conservadoras fragmentadas, fortalecendo vínculos e convivências, rompendo com a invisibilidade de grupos. Por fim, é fundamental pautar a política de educação permanente e continuada como uma das principais estratégias para o fortalecimento do trabalhador(a) e do aprimoramento do trabalho social com famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Permanente; Burocratas do nível de rua; Desigualdade Social.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**CNAS** - Conselho Nacional da Assistência Social.

**CapacitaSUAS** - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social.

**CapacitaSUAS/PE** - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social de Pernambuco.

**ESFOSUAS/PE** – Escola de Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco.

**LAR** - Legião Assistencial do Recife.

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social.

**PNEP/ SUAS** - Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social.

**NOB-RH/SUAS** - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS.

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social.

**SCFV** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

**SIGAS** - Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco -

**SUAS /RH-** Plano Estadual de Capacitação de Recursos Humano no Sistema Único de Assistência Social de Pernambuco.

**UFRPE** - Universidade Federal Rural de Pernambuco.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>CAPÍTULO I - MEMORIAL</b>	15
<b>CAPÍTULO II - CONCEITUAL</b>	22
1. Educação Permanente no SUAS é um espaço de luta	35
2. Políticas públicas e o risco de um espaço de reprodução das desigualdades sociais	37
3. O Neoliberalismo vem corroendo a cidadania	38
<b>CAPÍTULO III - PROJETO DE INTERVENÇÃO</b>	41
CONTEXTUALIZAÇÃO:	42
JUSTIFICATIVA:	42
OBJETIVO GERAL	43
OBJETIVO ESPECÍFICO	43
ATIVIDADES	43
METODOLOGIA	44
RESULTADOS ESPERADOS	45
AVALIAÇÃO	46
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	49
<b>REFERÊNCIAS</b>	50

## INTRODUÇÃO

A política pública de assistência social tem assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro os direitos socioassistenciais e como pressuposto a garantia das seguranças socioassistenciais: **acolhida; renda; convívio familiar comunitário e o desenvolvimento da autonomia**. Para acessar essas seguranças o(a) usuário(a) estabelecerá um contato/relação com o trabalhador(a) da política de assistência social na oferta de serviços de proteção social. Que perpassa em sua maioria por trabalhadores(as) “burocratas de nível de rua”, “aquele ou aquela que se encontra mais próximo da população que interage cotidianamente com usuários” (LIPSKY, 2010, p. 44). Os burocratas de nível de rua têm um papel crítico nesses direitos do(a) cidadão(ã). Ou é sua responsabilidade fornecer diretamente os benefícios públicos por meio de serviços prestados; ou é sua responsabilidade atuar como mediadores entre os(as) cidadãos(ãs) e os novos benefícios, quando podem ser assegurados.

Garantir a oferta de serviços visando as Seguranças Socioassistenciais não significa somente requerer a qualificação do(a) trabalhador(a), mas também, perpassa em especial por processos de educação permanente e continuada. Onde o pensar e conhecer os movimentos dos territórios e suas vulnerabilidades, potencialidades, com as famílias e indivíduos são tomados de sentido, tendo as práticas sociais e as interações e relações da subjetividade no cotidiano do trabalho social com as famílias o ponto de inflexão e reflexão.

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio (...) supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. (...) A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritorial, intersubjetiva, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (PNAS, 2004, p.26).

De modo que o fazer do trabalhador(a) da assistência perpassa pela oferta dos serviços aos(as) usuários(as) em situação de vulnerabilidade e/ou risco e necessariamente pela implementação da política social e de sua materialização. Vários desafios são postos, aqui destacamos a relação usuário(a) e trabalhador(a) qualificado para reconhecer e intervir diante as demandas apresentadas pelas mais variadas realidades sociais.

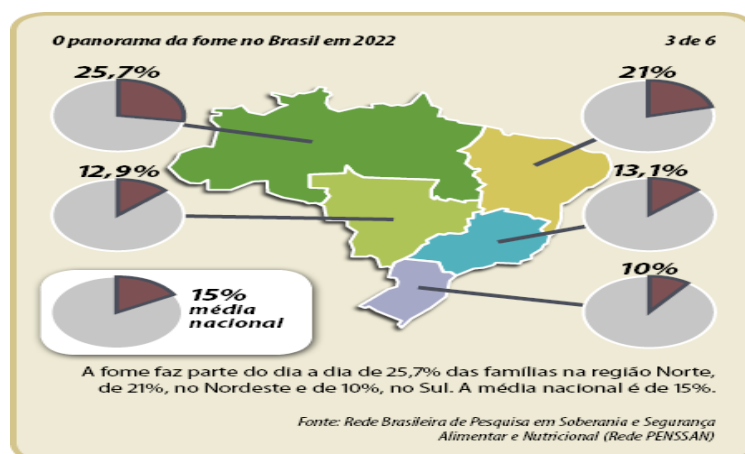
É sabido que o Brasil voltou ao mapa da fome, é um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo, com a imposição da Emenda Parlamentar nº 95/2016, que estabeleceu o chamado teto dos gastos, e congelou os recursos por 20 anos. Vivíamos (2019-2022) no governo do Sr. Jair Messias Bolsonaro, onde a ameaça a Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, sofreu com ataques violentos e direcionados a classe trabalhadora.

As autoras Carneiro, Silveira, Araújo, Conserva, *et al.* (2022, p. 230-231) fazem uma análise das políticas governamentais no referido mandato do ex- estadista.

Ao referir o Bolsonarismo e a Política da Morte; traz a análise das políticas governamentais em âmbito federal que permite identificar a retomada de perspectivas eugenistas, de visões racistas, aliadas às narrativas lgbtqiafóbicas, machistas, misóginas e autoritárias. Não se trata de uma questão apenas ideológica ou de um projeto político em disputa, já que é possível observar a retomada de propostas que se materializam em paradigmas segregadores, disciplinadores, em instituições que preservam seu papel colonizador de formas de ser, crer e pensar. Algumas evidências podem ser destacadas: políticas voltadas ao controle disciplinar e conservador das famílias pobres; redução de espaços de participação por meio do Decreto 9.759/19; a defesa de práticas de higiene social; o incentivo irrestrito às comunidades terapêuticas centradas na lógica proibicionista e patologizante em detrimento da atenção psicossocial e comunitária; o desmonte da rede de saúde pública e de dispositivos como consultório de rua; a proposta de uma educação domiciliar ao tempo em que mais de 5 milhões de crianças estão fora da escola, o desmonte dos sistemas públicos; a exclusão das pessoas com deficiência da educação; a edição da Portaria nº 457/2021, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com objetivo de modificar Política Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3); o lançamento do Auxílio Brasil; o desmonte dos sistemas públicos, entre outras medidas.

Diante do referido cenário de desmontes e que em muito afeta(ou) o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresentamos na Figura seguinte o panorama da fome no Brasil em 2022 como resultado destes processos.

**Figura 1** - Dada sobre a fome no Brasil 2022



A nossa inquietação diante do desmonte do SUAS e a falta de compromisso ético-político e humanitário nos últimos 04 anos do governo Bolsonaro, com retrocesso no campo dos direitos humanos, sociais e políticos foi agravado com a redução orçamentária do SUAS de 3,1 bi (2014) para 1 bi em (2022) do orçamento. Reforçando assim, a necessidade de não somente a garantia de orçamento público para política de Assistência Social, mas também, o desenvolvimento de senso crítico, comunitário e político para o enfrentamento das questões sociais.

A qualificação do trabalho social como previsto na Política de Educação Permanente do SUAS aponta para

o desenvolvimento de competências quanto a modificação de processos de trabalho e de práticas profissionais, objetivos almejados por essa Política, devem estar orientados para a valorização da população atendida e para a consequente ruptura com a concepção discriminatória e com a subalternização dos usuários do SUAS (BRASIL;PNEP, 2013, p. 35).

Nesse sentido, a Educação Permanente deve ser capaz de proporcionar nos trabalhadores(as) e equipes de multiprofissionais um estado de permanente questionamento e reflexão acerca da pertinência e adequação dos seus processos de trabalho e práticas profissionais quanto ao reconhecimento desses(as) usuários(as), enquanto sujeitos de direitos e capazes de agir para a modificação da realidade, e quanto à integralidade dos contextos de vida, demandas e aspirações das populações com as quais trabalham.

É diante disso, que trago o meu lugar de fala nesta trilha de encontros, achados e (re)significados. Ancorada nas reflexões e embates “tsunamis”, ondas de grande energia geradas por abalos sísmicos da vivência de pós-graduação, compartilhando experiências com trabalhadores e trabalhadoras do SUAS do litoral ao sertão. Com ênfase e especial atenção aos que desenvolvem suas práticas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

É importante demarcar alguns conceitos e reflexões sobre educação permanente, **burocratas do nível de rua e desigualdade social**, tecendo e costurando um diálogo no campo do conhecimento científico, na produção de saberes transformadores de realidades intervindo no estreitamento e reflexão da desigualdade social.

A metodologia utilizada é a da vivência e do compartilhamento generoso de saberes e experiências entre todos atores ao longo do curso, aos professores e professoras, aos colegas de classe e em especial aos(às) usuários(as) da política de assistência que tanto nos ensinam no exercício do fazer da política pública de assistência social. De modo que ao trazer a poética rosa da generosa paixão em agradecimento no memorial deste trabalho, apresento o capítulo I que é o de construções de aprendizados. Seguindo para o capítulo II, onde toda a análise documental, de leituras e participação em formações do CapacitaSUAS/PE, reuniões e análise crítica *in lócus* dos processos pedagógicos dialogados de educação permanente em Pernambuco foram apresentadas.

O prazer em ter vivenciado este trabalho é a materialização de possibilidades com o fazer da metodologia e do saber de construção da educação popular, debruçada nos ensinamentos de uma práxis freireana que preza pela aproximação dos trabalhadores(as) com os(as) usuário(as), ampliando o fazer da educação democrática diminuindo as barreiras da desigualdade, alastrando o conhecimento, indo de encontro a um sistema excludente.

A relevância deste projeto de educação se dá a partir de processos de ações de intervenções assertivas junto aos(as) usuários(as) a partir dos(as) trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possibilitem transformações materializadas no reconhecimento do cidadão e cidadã nos seus territórios utilizando e exercendo políticas públicas em pleno Estado Democrático de Direito; na luta por garantia de direito da proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas conforme a resolução Nº 33, de 28 de novembro de 2011.

Para fortalecer o(a) cidadão(ã) em seu território é necessário ter o olhar para o usuário(a) do SUAS em seu território. Neste sentido trago aqui o querido Milton Santos, e revolucionário conceito de **território**, com as relações que pulsam nesses espaços e a subjetividade das construções sociais referenciadas no tempo e no espaço de modo orgânico e visível, que são nesses espaços invisibilizadas pela exclusão. “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma (SANTOS, 1978. p.122).

Portanto, é desta maneira apresentando o território enquanto um espaço de correlação de forças que surge o capítulo III, o projeto de intervenção. E por fim as considerações finais sobre o referido trabalho de conclusão de curso. Que vem se inscrever no rol dos estudos que defendem os impactos da Educação Permanente e continuada no SUAS enquanto umas das ferramentas de aprimoramento da Política Nacional de Assistência Social como Sistema a partir de seus serviços, com ênfase para o SCFV.

## **CAPÍTULO I - MEMORIAL**

Começar não é fácil, é sempre um desafio em meio a tantas turbulências, recomeçar é mais difícil ainda. Refletindo na minha trajetória aos meus 61 anos, começa uma nova paixão que é o prazer de estar viva. E aí eu pego emprestado para traduzir meus sentimentos o iluminado (Gilberto Gil- A Linha e o Linho) quando ele refere os nossos sentimentos loucos o nosso amor o zig zag tormento das coisas da alegria a curva generosa da compreensão formando uma poética rosa da generosa paixão. Paixão que dá em voltar para a academia, loucura de zig zag de desistir e a vontade de continuar na generosa paixão pelo aprendizado e da infinita curiosidade que revela uma das minhas principais características.

Pois bem, resolvi continuar e fui buscar em minha história meus tijolinhos da construção, o meu tecido da curiosidade do saber, o qual estou bordando. Porque refazer meu projeto não foi animador, pois, já tinha investido em um projeto de pesquisa e não de intervenção. Caminhando com o meu bordado que me fez visitar a minha trajetória, seguimos. Tenho licenciatura em psicologia, com formação em psicologia clínica pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda - FACHO, e pós-graduada em Terapia Comunitária pela Faculdade Universidade Federal do Ceará.

Gostaria de abrir um diálogo e compartilhar o quanto ser terapeuta comunitária colaborou em minha vida, foi na terapia comunitária que vivenciei a rede de proteção. Foi onde entendi que o cuidado, reconhecimento, vínculo, respeito e liberdade não são palavras soltas ao vento, são tomadas de sentido, ao qual também posso vivenciar cotidianamente no meu ambiente familiar. Aprimorei o olhar para o(a) trabalhador(a) do SUAS, e percebi que lidar com a fragilidade, com as violações e vulnerabilidades que as

questões sociais envolvem, requer não somente conhecimento técnico. Mas acima de tudo, o cuidado para consigo e com o outro.

Pois, lidar com frustrações da sua profissão e com a frustração do(a) usuário(a), não é uma tarefa fácil e que muitas vezes é e (têm sido) um processo adoecedor. O que me chama a atenção é que o processo de educação permanente possibilita ao(a) trabalhador(a) espaços de cuidado, compreendidos enquanto espaços colaborativos de compartilhamento e aprendizado. Como diz o professor Barreto (2008), "quando a boca cala, os órgãos falam, e quando a boca fala, os órgãos saram".

Sou militante da política pública de assistência, aonde venho trabalhando desde o primeiro vínculo em 1998. Na Legião Assistencial do Recife – LAR, onde comecei minha jornada na assistência social, inicialmente na coordenação de Abrigo para Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social e Pessoal. Um serviço da alta complexidade da política de assistência social, e o quanto os desafios e encantos descobertos neste percurso, me constituem enquanto trabalhadora do SUAS.

Como falei anteriormente, a minha curiosidade é uma das minhas mais demarcadas características, abrirei mais um parênteses para contar o porquê de minha chegada à assistência antes de trabalhar assistência social fui estagiária de psicologia e psicóloga do Hospital da Restauração; E trabalhei no Hospital psiquiátrico Sanatório Recife na função de psicóloga e como diretora do Hospital Colônia Professor Alcides Codeceira (felizmente com o processo da reforma psiquiátrica esse hospital foi fechado 2022), localizado na Mata Norte, no município de Igarassu. Experiências essas que também me tomam de incríveis momentos de reflexão e de expertise para dialogar a saúde mental e a assistência social.

Diante disso, é preciso compartilhar que certo dia eu conheci um adolescente que ajudou a mudar o rumo da história: fui abordada no Derby por um adolescente que gostou do meu relógio e fiquei impactada quando em detrimento desta situação fui “socorrida” por um homem que ao tentar sair em minha defesa, quis agredir o adolescente. E aí começou a verdadeira confusão. Eu a gritar e a ficar na frente do jovem, assustado, o homem que parecia não entender nada e a me chamar de louca por querer proteger o jovem a quem se referia como “cheira cola” (termo pejorativo do senso comum para apreender jovens em situação de rua). Pois bem! Eu precisava saber o que estava acontecendo com aquelas crianças e jovens que estavam nas ruas, foi aí

quando conheci o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua; o Ruas e Praças<sup>1</sup> e outros atores da sociedade civil articulados e que dão sentido às desconstruções cristalizadas do senso comum e que me fazem refletir minhas práticas como trabalhadora do SUAS todos os dias.

Particpei de uma seleção da LAR para educadora social e fui convidada durante o processo de seleção para função de coordenação de uma casa de acolhimento de uma política que eu estava iniciando os meus estudos. É fato que eu não estava sozinha nesta coordenação. Pois, foi enquanto coordenação do acolhimento, onde tive o primeiro movimento com e de educação para trabalho junto com os trabalhadores(as) da assistência social na época educadores(as) sociais; cozinheiras; vigilantes; serviços gerais; técnicas sociais.

Naquele momento, foram formados grupos de estudo, seminários, entre outras ações. Até criamos um plano de capacitação chamado de *Encontro Ecológico* com o objetivo de estudo das relações interpessoais, com ênfase nos contextos do meio moral, social, econômico no cotidiano do trabalho. Gostaria de aproveitar a oportunidade para mais uma vez agradecer a um parceiro de trabalho de época, José Ricardo de Oliveira, que coordenava a casa de acolhimento junto comigo, foi ele que me guiou na minha chegada à política de assistência social, onde juntos partilhamos muitos aprendizados e desafios. E não é por acaso que hoje eu o reencontro como professor na Escola de Conselhos de Pernambuco<sup>2</sup>, mais também, como professor do CapacitaSUAS/PE – ESFOSUAS/PE.

Foi a partir de 2008 que cheguei à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SEDSDH (atual Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas – SDSCJPVD), através da Secretaria Executiva de Assistência Social (SEAS) na Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP) compondo o grupo dos profissionais envolvidos com a gestão e execução do Programa CapacitaSUAS/PE, com a executora institucional a

---

<sup>1</sup> Organização não governamental sem fins lucrativos, com foco em desenvolver atividades e ações sociais com crianças e adolescentes em situação de rua e em vulnerabilidade de direitos, realizando um trabalho político-pedagógico e cultural desde 1987 nas ruas e praças da cidade do Recife e Região Metropolitana, criando caminhos de inclusão social (<https://gruporuasepracas.org.br/quem-somos/>).

<sup>2</sup> Para maiores informações <https://escoladeconselhos.ufrpe.org/>

Fundação Apolônio Salles - FADURPE / Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Hoje desenvolvo minhas atividades como técnica social na Gerência Gestão do Trabalho que enfrenta o desafio de alicerçar a dimensão estrutural e relacional entre os operadores(as) do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e seus usuários(as).

Sendo assim, acompanhei nos últimos anos, as conquistas alcançadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, principalmente no campo das normativas (leis, portarias, decretos e resoluções). Trago meu olhar da subjetividade para o cuidado e valorização do trabalho na oferta de um serviço de qualidade para o usuário da política pública, buscando mergulhar nos conceitos, concepções tendo a compreensão da gestão do trabalho e da educação permanente como princípio estratégico no SUAS.

Para isso, não somente acompanhei os cursos ofertados pelo CapacitaSUAS/PE na modalidade presencial e virtual como parte da equipe executora do Programa CapacitaSUAS/PE, mas principalmente como aluna da Escola de Formação dos(as) Trabalhadores(as) do SUAS de Pernambuco - ESFOSUAS/PE, passando por todas as etapas de formação que envolve processo de ensino aprendizagem. Lugar onde estou desenvolvendo habilidades e conhecimentos, em especial com o processo que estou vivenciando, pela oportunidade de concluir o curso em Especialização em Gestão de Política Social.

Em cada etapa tive a amorosidade a qual Paulo Freire não nos deixa esquecer da companhia, parcerias e intervenções de amigos(as), gestores(as), coordenadores(as) e professores(as) e facilitadores(as).

Nesses meses de construção passamos por momentos de descobertas, encontros e reencontros, choramos e rimos muito, o sono foi um companheiro “massa”, porém foi vencido, sabem por quem? Pela curiosidade e paixão pelo aprendizado, e com colegas de turma que não deixavam de levantar a nossa estima e inquietações. Quando eu pensava que não iria assistir à aula devido o cansaço do dia de trabalho, das viagens em curso, com conexão péssima de internet, cachorro latindo, chuva, trovões e tudo mais. Sempre tinha alguém que dizia: vamos lá hoje vai ser a professora “show” ou aquele “professor maravilhoso”. E assim era cada noite das nossas incontáveis aulas nas sextas-feiras, o “sextou” fechando a semana com “chave de ouro”.

Não podendo deixar de apontar o momento pandêmico onde à execução do CapacitaSUAS/PE estabelece relação mais próxima aos trabalhadores(as) na modalidade virtual, que aparentemente parecíamos distantes, porém, ficamos ainda mais próximas. Estabelecendo contatos muitas vezes como suporte além do previsto nas matrizes dos cursos e na mediação dos facilitadores(as) junto com a equipe do CapacitaSUAS/PE que faço parte. Foram momentos inesquecíveis, envolvendo personagem da vida real de trabalhadores(as) e usuários(as) da assistência social trazidos nas narrativas do trabalhadores(as), muitas vezes doente, porém fazendo questão de participar das aulas e querendo achar saídas para lidar com o trabalho social e as possibilidades diante da emergência de saúde pública de interesse nacional da pandemia da covid-19 os cursos remotos foi o possível para o aquele período.

Neste momento, ficou materializada a naturalização da desigualdade social no nosso país e o quanto o trabalho e trabalhador(a) de linha de frente tem incidência junto aos(as) usuários(as) do SUAS, aqui estarei fazendo um recorte principalmente dos(as) trabalhadores(as) de nível médio que são operadores(as) da política pública, como educadores(as) sociais cozinheiros(as), porteiros(as), serviços gerais, recepcionistas, auxiliar administrativo, cuidadores(as) e oficinairos(as).

Os(As) trabalhadores e trabalhadoras se reinventam para prestar um serviço em meio a um verdadeiro turbilhão de desinformações e informações, medos, perdas, adoecimentos. Mas que a partir de alianças e consolidação do Sistema tem resistido cotidianamente.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos aparece com força total com processos e metodologias que acolhe os(as) usuários(as) em meio ao distanciamento social através estratégias compartilhadas nas aulas do curso do SCFV: “cartinhas, chamadas de vídeos, vídeos vitalizadores com os educadores no YouTube apresentando atividades recreativas, mensagem circulando com uso de bicicleta” (BRASIL, MDS, 2013 p. 41).

Estratégia que permite aprender e ter domínio sobre os sentimentos e emoções agregando vigor no enfrentamento das situações que disparam sentimentos intensos e negativos em uma pessoa e/ou em um grupo. Onde novamente os jogos dramáticos e de trabalho com o corpo podem colaborar, pois, exercitar as emoções, do rir, do chorar, gargalhar, comemorar, entristecer, enraivecer, compadecer-se, etc. De modo, que agrega

certo domínio sobre as emoções. É bem verdade que também, nem todos os municípios conseguiram criar estratégias para enfrentar a resposta a este desafio.

Incluir repertório de diálogos, como: o que sente quando isto acontece? O que sentiu quando fez isso? O que sente quando fala sobre isto? E dizer: quando isto acontece comigo eu choro. Ou, tenho muita vontade de rir quando alguém fica nervoso. Ou seja, expressar o que sente e interessar-se pelo que o outro sente colabora no estabelecimento de laços/vínculos.

A luta de Pernambuco para inclusão dos trabalhadores(as) de nível médio nos cursos do Programa Nacional do CapacitaSUAS foi e é conquista do Estado desde 2015 quando inclui o primeiro trabalhador de nível médio, João Natan da Silva, nos cursos do Capacita SUAS/PE. Ao qual não sendo direcionados(as) à temática do controle social e cadastradores do Cadastro, a escolaridade exigida não era a nível superior.

Assim como, a elaboração de novos cursos, o curso de Orientadores sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos - SCFV. Pernambuco iniciou a primeira oferta do curso de SCFV no período: 16 a 20/08/2021 com carga horária de 40 horas. Ao todo já foram executadas quatro (05) turmas, sendo duas (02) turmas na modalidade virtuais, como é de conhecimento de todos e todas com a emergência sanitária decorrente da Covid-19 não teria como ser diferente, e posteriormente duas junto com o processo de imunização da população foi realizado mais duas (03) turma na modalidade presencial.

E percorrendo os objetivos da política de educação permanente da assistência social, desenvolver competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; criar meios e mecanismos institucionais que permitam articular o universo do ensino, da pesquisa e da extensão ao universo da gestão e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, de forma a contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à contínua e permanente melhoria da qualidade do SUAS (BRASIL, MDS, 2013, p.27- 28).

O encontro com as disciplinas apresentadas durante o processo de especialização foi muito desafiador e divertido, nas vezes em que não suportava tanta técnica da disciplina de **Metodologia de Pesquisa** e hoje tendo de buscar nos achados todas as

orientações e conhecimento que foi ministrado com tanta leveza. Meu Deus, como todas as disciplinas foram muito importantes! A importância da Avaliação e Monitoramento no espaço da política pública; as disciplinas interligadas conectando com os meus pensamentos e o meu projeto. Até a chegada da disciplina **Desigualdade Políticas Sociais e Cidadania** um verdadeiro festa de provocações e conhecimento, onde ao final de cada aula sai abarrotada e refastelada ecoando as descobertas como uma criança quando volta da escola, cheia de novidades com o encantamento da descoberta de novos caminhos como, por exemplo, o encontro com o Joaquim Melo do Banco Palmas<sup>3</sup>, foi maravilhoso e com disciplina de **Políticas de Seguridade e Desenvolvimento Social** foi trabalhada e refletida. Então, não tem outra palavra que possa refletir esses momentos que não seja conhecimento dialogando com a ciência e experiência prática.

Na certeza da realização desta especialização ter contribuído não somente com a minha caminhada pessoal na perspectiva ético-política-social-cultural-econômico aprofundando, grafitando a minha aquarela de conhecimentos. E, sobretudo, que eu possa compartilhar a vivência e narrativas de minha experiência como trabalhadora do SUAS na gestão Estadual, colaborando provocar, e sendo provocada com inquietações, certeza e incertezas agregada ao campo acadêmico.

Novamente recorro aos versos da canção de Gilberto Gil. Nossa colcha de cama, nossa toalha de mesa. Reproduzidos no bordado. A casa, a estrada, a correnteza. O sol, a ave, a árvore, o ninho da beleza. Que possamos reproduzir o ninho da beleza do conhecimento na busca pela garantia do aprimoramento das práticas para uma oferta de serviço capaz de possibilitar ao(a) usuário(a) da política de assistência social o reconhecimento e a importância do seu posicionamento enquanto ser político com um país mais justo e menos desigual. O propósito deste projeto de intervenção é de ampliar e fortalecer as capacidades dos(as) trabalhadores(as) de ponta com um recorte específico no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nas mesorregiões

---

<sup>3</sup> Educador popular, líder comunitário. Criou o primeiro Banco Comunitário e a primeira Moeda Social do Brasil- O Banco Palmas, no Conjunto Palmeira, em Fortaleza - CE (1998). Coordenada a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que hoje soma-se 118 bancos sociais, em 47 municípios do Brasil e 15 estados. Em 2015, conseguiu registrar no Banco Central, a plataforma digital E-dinheiro. Atende 120 mil pessoas de baixa renda, com vários serviços financeiros e bancários, incluso crédito para pequenos produtores e para o consumo em empresas locais.

do Estado e da não reprodução da desigualdade no exercício de sua função de agente público e ou fora dela.

## **CAPÍTULO II - CONCEITUAL**

### **1. Educação Permanente no SUAS é um espaço de luta**

O modelo de sociedade do Brasil tem a marca vergonhosa da desigualdade social, elevando o patamar da questão social a níveis insustentáveis de sobrevivência humana. Diante disso, é pertinente salientar que a estratégia da educação enquanto ferramenta vem ganhando destaque, pois, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) em seu capítulo VII , seção II, no inciso § 2º

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Outro destaque para os processos de formação e capacitação de trabalhadores(as) foi a LEI Nº 17.556, de 22 de dezembro de 2021 que dispõe sobre a Política de Assistência Social, a organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no Estado de Pernambuco, e altera a Lei nº 11.297, de 26 de dezembro de 1995, que em seu Art. 17. Compete ao Estado de Pernambuco, no âmbito da Política de Assistência Social, a partir de seus respectivos incisos (VI - implantar; XIV - executar; XVIII - garantir): “b) o Plano Estadual de Capacitação e Educação Permanente com certificação através da Escola Estadual de Formação do SUAS de Pernambuco - ESFOSUAS/PE”.

Com ênfase também para o que salienta em seu art. 44, onde define as estratégias de acompanhamento e apoio técnico tendo como a primeira das ações estratégicas do Plano de Estadual de Educação Permanente do SUAS em Pernambuco. É neste sentido que apresenta-se uma possibilidade de conceituação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, a partir de

percursos formativos e ações de formação e capacitação, compreendidas no âmbito desta Política destinam-se aos trabalhadores do SUAS com **Ensino Fundamental, Médio e Superior** que atuam na rede socioassistencial

governamental e não governamental, assim como aos gestores e agentes de controle social no exercício de suas competências e responsabilidades (BRASIL, PNES/SUAS, 2013,p.27).

Não poderíamos deixar de citar que ainda compõem as estratégias desenvolvida em Pernambuco: o Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social- NEEP/SUAS/PE que foi instituído em abril de 2016; o Observatório do Plano de Educação Permanente - OBPEP/PE que tem o objetivo de reunir informações e dados, análises e indicadores das etapas de implantação, implementação, metas e estratégias previstas no Plano e informações acerca do Planejamento, monitoramento e avaliação das ações, compartilhamento de práticas exitosas, e um acervo de estudos, pesquisas e notícias relacionados aos temas educacionais (SUAS).

Diante desses espaços estratégicos, a Escola de Formação dos Trabalhadores do SUAS de Pernambuco - ESFOSUAS/PE, que foi criada por meio Decreto nº 51.468 de 28 de setembro de 2021, atualmente desenvolve os Cursos de Especialização em: Políticas Sociais e Gestão de Política Social. Como Gramsci (1982, p.118)

aponta à relação organização da escola e da cultura, onde refere que a tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite [...] A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Além disso, evidencia-se a realização de uma pesquisa pedagógica no âmbito do SUAS (2021) realizada no período da última conferência de assistência social do Estado, cujo tema: **Trabalhadores do SUAS no Tempo**. Trouxe em seu primeiro eixo **-Trabalhadores/as do SUAS no tempo, e os impactos nos trabalhadores(as) do SUAS**, com destaque para reduções de trabalhadores(as) provocados pelas mudanças no processo de transição nos primeiros seis meses de governo por região.

**Quadro 1.** Ranking das Regiões com mais impactos na transição

RANKING REGIÕES COM MAIS IMPACTOS NA TRANSIÇÃO		
ORD	RD	MÉDIA
1º	RD 01 - Sertão Itaparica	-93%
2º	RD 07 - Agreste Meridional	-59%
3º	RD 02 - Sertão São Francisco	-58%
4º	RD 03 - Sertão Araripe	-57%
5º	RD 04 - Sertão Central	-55%
6º	RD 05 - Sertão do Pajeú	-54%
7º	RD 06 - Sertão Moxotó	-52%
8º	RD 08 - Agreste Central	-50%
9º	RD 09 - Agreste Setentrional	-49%
10º	RD 10 - Mata Sul	-49%
11º	RD 11 - Mata Norte	-41%
12º	RD 12 - Região Metropolitana	-34%

FONTE: CadSuas / SNAS / MC  
Elaboração: CAPACITASUAS/PE/2021

Neste sentido, é possível refletir a situação dos(as) trabalhadores(as) do SUAS em Pernambuco a partir da seguinte chave de diálogo com o contexto,

[...] a matriz da incivilidade que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira. A exploração selvagem nas relações de trabalho é o seu exemplo paradigmático. Mas também o são a prepotência e o autoritarismo nas relações de mando, para não falar do reiterado desrespeito aos direitos civis das populações trabalhadoras. Incivilidade que se ancora num imaginário persistente que fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras da equivalência que a formalidade da lei supõe e o exercício dos direitos deveriam concretizar, do que é prova evidente a violência policial que declara publicamente que nem todos são iguais perante a lei e que os mais elementares direitos civis só valem para os que detêm os atributos de respeitabilidade, percebidos como monopólio das "classes superiores", reservando às "classes baixas" a imposição autoritária da ordem (TELLES, 1993).

O que evidencia a fragmentação e interrupções da oferta dos serviços prestados e benefícios socioassistenciais à população em situação de risco e vulnerabilidade, público alvo da assistência social. Apontando assim, uma das diretrizes e princípios da NOB/RH/SUAS, que ainda não está sendo aplicada em sua integridade nas três esferas de governo. Diretrizes nacionais para os planos de carreira, cargos e salários – PCCS e os princípios da universalidade dos PCCS. Desencadeando assim, como resultado, uma classe de trabalhadores e trabalhadoras adoecida pelos fantasmas do desemprego, instabilidade de vínculo e setor, onde encontra-se por trás dessa conjuntura na maioria das vezes, a precarização dos serviços.

Os Planos de Carreira, Cargos e Salários - PCCS deverão ser instituídos em cada esfera de governo para os trabalhadores do SUAS, da administração direta e indireta, baseados nos seguintes princípios definidos nacionalmente.

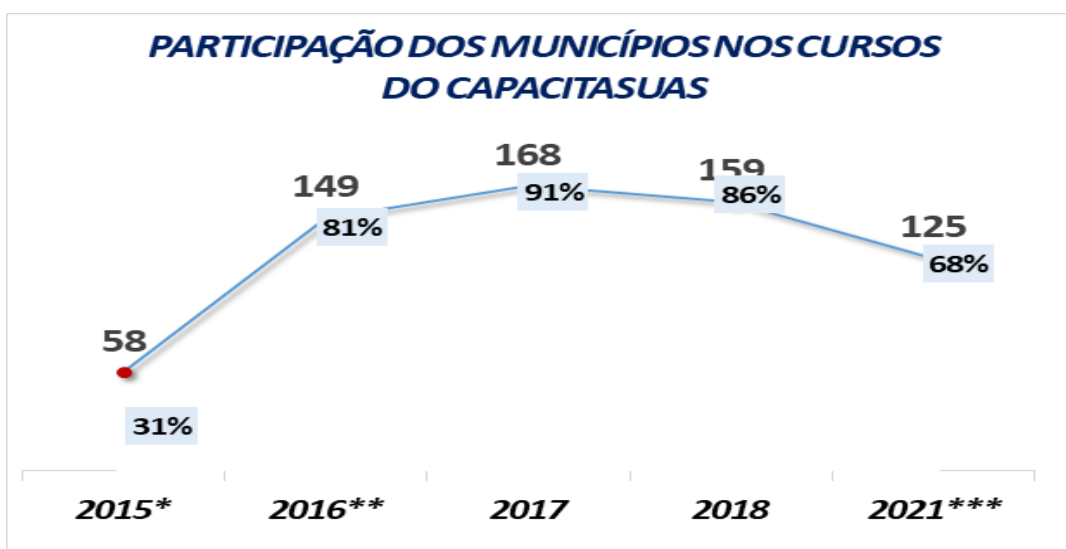
Universalidade dos PCCS: Os Planos de Carreira, Cargos e Salários abrangem todos os trabalhadores que participam dos processos de trabalho do SUAS, desenvolvidos pelos órgãos gestores e executores dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Administração Pública Direta e Indireta, das três esferas de governo na área da Assistência Social (NOB/SUAS/RH, 20011, p. 45-46).

O segundo eixo da referida pesquisa apresenta **Cursos Participação nos cursos do CapacitaSUAS: um Ativo de gestão**, sendo apontado para participação, indicador de participação dos municípios, perfil dos participantes, linha histórica perfil dos cursistas e demandas do CapacitaSUAS. Com referência que ao longo dos anos, no período de 2015 a 2012, cerca de 100% dos municípios participaram de cursos do CapacitaSUAS/PE. Sendo que em 2017 obteve sua maior participação com 91% dos municípios do Estado presente em processo de formação.

Samico<sup>4</sup> (2021) analisa os dados da referida pesquisa pontuando à pesquisa qualitativa aos dois eixos: **Impactos da transição e pandemia da covid-19: fluxos, instrumentos, conhecimento e atendimento**. Quais as principais dificuldades para participar das formações antes e após a pandemia? Qual o ativo de conhecimento para quem tem participação muito alto e muito baixo? E a relação com outros engajamentos (participação controle social, CIB, COEGEMAS).

---

<sup>4</sup> Shirley de Lima Samico possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2010), mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente é assessora técnica da Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação e CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento, Assistência e Combate a Fome - MDAS. Atuou como analista de planejamento e políticas sociais da Associação Municipalista de Pernambuco - Amupe e Pesquisadora do Programa Nacional de Capacitação do SUAS - CAPACITASUAS/PE. Foi Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/PE - 4ª REGIÃO e do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco - CEAS. Foi coordenadora geral de planejamento e vigilância Social - Secretaria Executiva de Assistência Social/SDSCJ e atuou na coordenação do grupo de vigilância socioassistencial da Câmara Técnica da Assistência Social do Consorcio Nordeste. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, vigilância socioassistencial, Nordeste.

**Figura 3.** Participação dos municípios nos cursos

FONTE:CAPACITASUAS/FADURPE - GGTEP/SEASS/SDSCJ

2015\* Período de Execução - Jan a Jun/2015

2016\*\* Período de execução - Jun/2016 a Dez/2016

2021\*\*\* Período de Execução - Jan a Jun/2015

Reafirmamos a importância de Educação Permanente no SUAS compondo estratégias de ação conjunta engajadas com ações de Intersetorialidade, integralidade e interdisciplinaridade. E todo o processo de luta para garantir a Política de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social. É preciso reconhecer a importância da interseccionalidade principalmente no campo da política pública de assistência social, Medeiros (2019) refere que as principais ideias contidas na noção de interseccionalidade não são propriamente novas. O conceito de que desigualdades de gênero, raça e classe não apenas coexistem, mas são mutuamente constituídas e reforçadas está presente há muito tempo no debate feito pelo movimento feminista na Europa e nos Estados Unidos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Não podemos negar o processo de luta e conquista dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS frente a necessidade do cotidiano do trabalho, tendo

PNEP/SUAS perspectiva político-pedagógica Educação Permanente. Estabelecendo assim, suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação. Tudo isso, através de muita luta em deliberações de conferências, disputas orçamentárias e afirmação da nova lógica trilhada pela Política de Assistência Social, romper com o voluntariado, clientelismo, com a cultura escravocrata e a subalternidade. Além do que é considerado por Freire (1996 p.17) quanto ensinar exige respeito aos saberes dos educandos:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos.

Conforme a PNEP/SUAS (2013) a Educação Permanente não se refere apenas a processos de educação formal. Em um sentido mais amplo, ela diz respeito à formação de pessoas visando a dotá-las das ferramentas cognitivas e operativas que as tornem capazes de construir suas próprias identidades, suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a condutas, procedimentos e meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho e à resolução de problemas. Para Gramsci (1982, p.119-120),

Coloca-se que a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, integrando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem — sob forma colegiada, a atividade deliberativa. [...] "criar" autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos

especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista "sintético" da técnica política.

Para tanto, não podemos esquecer os espaços e marcos legais como processos de lutas coletivas conquistadas, a exemplo da VIII Conferência Nacional de Assistência Social Tema: Avançando na consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS,

com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Deliberações: Constituir uma Política de Capacitação Continuada, de acordo com a NOB-RH/SUAS, com recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios, (...) orientando-se pelo princípio da profissionalização, da ética e pelo direito de atendimento aos usuários como sujeitos de direitos. Elaborar e implementar o Plano (...) permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais(...). Garantir reincentivar a participação dos trabalhadores do SUAS em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado pertinentes à Política de Assistência Social e áreas afins, sem qualquer prejuízo de remuneração ( BRASIL, PNEP/ SUAS, 2013, p.26).

É importante sublinhar a energia e resistência do trabalhadores(as) SUAS do Estado Pernambuco, pois, atravessamos o período marcado pela pandemia da Covid-19, entre fevereiro de 2021 a março de 2023, com a execução do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social, tendo em sua totalidade a certificação de 7.369 trabalhadores (as) que passaram por processo de qualificação, com a realização referente a este período foram ofertadas 133 turmas nas modalidades presencial, híbrida, EaD autoinstrucional e síncronas, com carga horárias de 40 e 20 horas<sup>5</sup>.

O CapacitaSUAS Concretiza sua terceira edição com destaque à 02 cursos de Especialização com parceria firmada e consolidada entre a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional/Universidade Federal Rural de Pernambuco com o Governo do Estado de Pernambuco, através Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas e de sua Gerência de Gestão do Trabalho.

---

<sup>5</sup> Boletim disponível em : <https://www.sigas.pe.gov.br/files/04192023033001boletim.02.23.educacao.permanente.no.suas.19.04.2023.pdf>

O processo de educação permanente, oxigenando nossas práticas cotidianas mais assertivas. O reconhecimento da educação permanente como prioridade, é revelador, para nós que atestamos a educação como um processo de libertação Cidadã. Defender a educação permanente para trabalhadores e trabalhadoras que exercem sua função diretamente junto aos(às) usuários(as), nos faz persistir na discussão como **estratégia e resistência**. As dimensões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem para o protagonismo e emancipação do sujeito.

O princípio da historicidade permite, ao mesmo tempo: a) a fuga à abordagem empirista do real, que dá exclusividade e primazia às técnicas de coleta, como se o real se revelasse aos sujeitos em estado de pureza, sem mediações conceituais; b) a fuga do idealismo objetivo, em que as categorias e conceitos pretendem ser eternas, anteriores e independentes do mundo real, material; c) fuga do idealismo subjetivo, em que as categorias são entendidas como simples nomações fenomênicas e do espírito, e não expressões do real.

[...], por fim, a recusa das abordagens pragmáticas, fixadas estritamente na transmissão técnica, instrumental, dogmático, do conhecimento. Diversamente disso, exige que as ações de formação e a capacitação para o SUAS abarquem questões filosófico-científicas e ético-políticas relacionadas aos princípios e fundamentos da análise do ser social e do projeto social que lhe confere tal identidade, fazendo a mediação dessas questões com as de caráter técnico e operativo. (PNEP/SUAS. 2013, p.39. 40)

Basilar que a educação permanente dos trabalhadores(as) do SUAS consista nos princípios e diretrizes da perspectiva político-pedagógica fundada na educação permanente na assistência social, tendo a andragogia; a experiência do trabalhador(a) como disparador fundamental para desenvolvimento e interesse do trabalhador (a) a partir do **chão do trabalho** e das **práticas profissionais** de aprendizagem significativa, as problematizações ancoradas aos conteúdos e metodologias assertivas valorizando o autoconhecimento como ferramenta que em punctiona na centralidade dos processos de trabalho. Assim sendo, não podemos deixar de trazer Paulo Freire fundamentando o ensinar exige rigorosidade metódica:

[...] professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã\*. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que

estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A "do-discência" – docência-discência – e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos do ciclo gnosiológico. (FREIRE, 1996, p.16).

Diante disso, ao referir José Crus (2014) que vem afirmando que no campo socioassistencial, com todos os avanços com a implantação do SUAS no Brasil, ainda convivemos com as características do modelo assistencialista que perduraram séculos no nosso país. A institucionalização do SUAS foi um marco de ruptura com o clientelismo e com a lógica do favor entre agentes e gestores dos entes federativos no interior do Estado brasileiro. Essa área de política pública era mantida refém de procedimentos incompatíveis com o processo democrático, com a igualdade de trato entre os brasileiros e com a dignidade humana. Romper com práticas assistencialistas conservadoras marcada por uma cultura do coronelismo, machismo, racismo, homofobia entre outros. De modo que somente processos consolidados, permanentes e continuados possibilitam espaços coletivos de aprendizado, construídos horizontalmente a partir de um SUAS vivo e transformador através de ações educativas.

## **2. Políticas públicas e o risco de um espaço de reprodução das desigualdades sociais.**

A questão social se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo. Sua gênese pode ser situada na segunda metade do século XIX quando os trabalhadores reagem à exploração de seu trabalho (YAZBEK, 2012, p.50).

A Constituição Federal de 1988, traz um novo olhar e uma nova concepção para assistência social, e a regulamentação pela Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, sendo publicada a Política Nacional de Assistência Social em 2004. Podemos considerar, que em pouco tempo, enquanto política pública, tivemos muitos avanços e retrocessos.

Aqui farei um recorte específico do **chão de trabalho** da política pública de assistência social. E podemos observar narrativas recorrentes, que em nome da proteção social a prática da desproteção social, com tutela, clientelismo, apadrinhamento, escolhas partindo de valores e julgamentos pessoais. Como, por exemplo, expressões:

“se o benefício for concedido em pecúnia ele vai comprar drogas”; “Não podemos dar o dinheiro do aluguel para ele pagar o inquilino, eles podem gastar com outras coisas e trazer problema para gestão” , são essas algumas falas de trabalhadores(as) do SUAS em Pernambuco e que em momentos de formação revelam um pouco das contradições do chão de trabalho do Sistema.

Ao ampliar o olhar para a desproteção como implementação das políticas públicas na reprodução da desigualdade social e a discricionariedade, podemos refletir segundo a perspectiva de análise Rocha, Pires e Lotta (2019, p. 131), que a burocracia de nível de rua e (re) produção de desigualdade social com as práticas cotidianas dos burocratas do nível de rua cria padrões diferenciais de distribuição de bens e serviços públicos para o público-alvo.

De modo que, o tratamento desigual resultante, poderia então, ser entendido como um potencial contribuinte para reforçar as desigualdades sociais existentes, em vez de colaborar para reduzi-las ou mitigá-las. Portanto, a literatura predominante sobre a burocracia do nível da rua tem tratado essa questão como um resultado potencial (frequentemente não intencional) ou um efeito distributivo da tomada de decisão discricionária por tais burocratas.

Consideramos importante destacar que a proximidade do tema implementação de políticas públicas pode tornar-se um espaço para reprodução das desigualdades sociais e como reverberar nas usuárias(os). Segundo Machado (2020, p. 195) em dados colhidos em sua pesquisa realizada com beneficiárias do Programa Bolsa família, onde a mesma considera a constante disseminação de críticas e imagens negativas presentes no debate público em torno do Programa Bolsa Família.

Em sua pesquisa a noção de quem merece e quem não merece o benefício também pode ser facilmente visualizada quando as beneficiárias enfatizam o quanto elas “correram e continuam correndo atrás” para conseguir o benefício e se manter beneficiárias, em contraposição a uma suposta “apatia” de outras mulheres pobres que não fariam o mesmo e por isso não conseguiriam o benefício. Categorias do senso comum utilizadas para classificar aqueles que a sociedade aponta como “pobres merecedores” (aqueles que vão à luta), são evocadas pelas beneficiárias também para marcar as fronteiras simbólicas que as diferenciam das demais mulheres pobres “não merecedores” (aqueles que não se esforçam o suficiente). Ficando evidenciado assim, o

peso da desigualdade e injustiça social reverbera no cotidiano, no imaginário e na construção subjetiva das relações humanas, julgando e subjugando direitos em favor do que pensa ser meritocracia.

A Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011 define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. As diretrizes da política e a resolução nº33, ajudará a nos guiar em paralelo ao nosso olhar para uma nova possibilidade de atuação mais proativa, na busca promoção do protagonismo por mudanças nos coletivos dos territórios de vulnerabilidade. Daí justificar o porquê iniciar meus apontamentos trazendo suas diretrizes;

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas 33 estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Art. 1º. Para efeito desta resolução fica estabelecido que a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social deve ser entendida como integração ao “mundo do trabalho”, sendo este um conceito mais amplo e adequado aos desafios da política de assistência social;

Art. 2º. Definir que a Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho se dá por meio de um “conjunto integrado de ações das diversas políticas cabendo à assistência social ofertar ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas” (BRASIL, CNAS, 2011).

A seguridade e o desenvolvimento social nos levaram a revisitar a política de assistência social com profundidade de leitura, podendo contribuir para ampliação do fazer social e entender a proteção social na sua necessidade promoção do protagonismo. Às evidências ponderadas sobre vários olhares e pensamentos. Revelando assim, a necessidade de sairmos de nossas bolhas, olhar o **território** e perceber outras possibilidades.

A leitura do artigo “As três economias políticas e debates sobre o *welfare state*” possibilitou refletir sobre duas questões básicas, são elas: a distinção de classe diminui com a extensão da cidadania social? Em outras palavras, o *welfare state* pode

transformar fundamentalmente a sociedade capitalista? Segunda: quais são as forças causais por trás do desenvolvimento do *welfare state*?

Tais inquietações e pensamentos em buscar possibilidades de ações que exaltem ações coletivas, materializada no empoderamento do(a) usuário(a) e seus territórios. A exemplo da experiência do Banco Palmas – Bancos Comunitários<sup>6</sup> são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como: de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares.

A materialização de reflexões é percebida concretizando sonhos possíveis, está sendo executado em alguns territórios do Nordeste com: Alagoas, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e no Maranhão que já vivenciam essas experiências, com resultados e impactos positivos em seus territórios e especialmente na vida da população mais vulnerável.

É importante destacar que Pernambuco é o único Estado do Nordeste que não tem a experiência da moeda social - Banco Comunitário e todo o seu desdobramento dentro dos territórios. O que distancia o Estado de Pernambuco dos seus vizinhos que adotaram a moeda social em algumas cidades dos seus municípios? E o impacto dos Bancos Comunitários no Brasil? É principalmente na renda da população? Discutir políticas de seguridade e desenvolvimento social, remete a demandas como a melhoria de renda da população no seu território, recortes de raça, gênero e sustentabilidade. Se inscrevendo assim, na ordem do dia a reflexão sobre a renda básica.

Trago aqui a Revista brasileira de monitoramento e avaliação, onde trata a Política Social no Brasil, marco conceitual e análise ampliada do escopo escala e gastos públicos. No artigo de João Alberto Castro - Delimitação da Política Social Brasileira, neste sentido, podemos vivenciar claramente a análise de João Alberto Castro. É

---

<sup>6</sup> Mais informações disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/o-que-e-um-banco-comunitario/>

urgente ampliarmos o olhar e o movimento dos sistemas de proteção e do protagonismo na promoção social na garantia da transformação social.

A política social no Brasil ainda carece de uma ótica totalizante. Nesse sentido, percebe-se a dificuldade de pensá-la na perspectiva Welfare State ou mesmo discutir a validade de tal conceito para enquadrar os esquemas vigentes atualmente. Concorre para isso também o fato de que a literatura nacional ainda é bastante setorializada por políticas específicas e com predominância em termos metodológicos da análise empírica, voltada apenas para descrever estágios alcançados ou deficiências reveladas. Portanto, a densidade teórica atual tem como determinantes a visão fragmentada da questão social e a pouca definição do campo constitutivo da política social (CASTRO, p. 68-69).

Pensar o território de forma diferente com poder do mercado e o território fortalecido junto com a população. E promove ampla participação e engajamento da população local, diversificando saberes e reconhecendo as potencialidades locais, onde o coletivo se faz presente como mola fundamental de todo o processo de autonomia e emancipação cidadã. Segundo Ramos (2005), pode-se dizer que as características socioeconômicas de um determinado território se revelam a partir da composição dos dados populacionais censitários e dos dados territoriais cadastrais.

O fato é que quando se estabelecem estas duas categorias como eixos necessários a uma abordagem socioterritorial surge a necessidade de um novo eixo, perpendicular a estes, contendo a informação sobre a mobilidade tanto espacial como social das populações em seus territórios. As pessoas circulam criando redes de relacionamento em diferentes esferas da vida individual em diferentes escalas territoriais e temporais. “Este novo eixo poderia representar uma alternativa para capturar a dimensão relacional revelando a espessura subjetiva do território não evidente nas cartografias tradicionais” (RAMOS, 2005, p. 661-662).

Ainda não se tem evidenciada a posição sobre os riscos e vulnerabilidades das famílias e as formas/metodologias de trabalho. O trabalho profissional que essa matricialidade sociofamiliar exige é por vezes simplificado por agentes treinados que atuam com mulheres para que desenvolvam trabalhos menos qualificados e ampliem a renda da família. Desse modo, não só se esquece a família como tal, como não se respeita um trabalho de gênero com mulheres (SPOSATI, 2009, p. 50).

Entendendo momentos e agregando reflexões, de modo ao conhecimento levar a novas discussões, e repertórios de possibilidades reais através do protagonismo produtivo aos territórios e usuários(as) do SUAS.

### 3. O Neoliberalismo vem corroendo a cidadania

O neoliberalismo afeta os fundamentos da cidadania como a ideia de cupinzeiros ou ninhos de cupins, que podem ser imensos e construídos em vários lugares como subterrâneos em galhos, troncos e no solo. Em seus ninhos cultivam fungos<sup>7</sup> cuidadosamente utilizando tecnologia e engenharia.

É exatamente assim ao fazer uma analogia do sistema neoliberal construindo seus ninhos incansavelmente, em uma frenética dinâmica com estratégias mirabolantes corroendo os pilares da Cidadania Moderna, aqui trazendo Marshall em 1950, são os direitos civis, sociais e políticos que compõem o *status* formal de cidadania. O ataque que o neoliberalismo faz a nação mantém e sujeito em uma condição de "subcidadania", lembrando o conceito de Jessé de Souza.

Neste sentido, o distanciamento social cortando na carne do povo brasileiro com as injustiças históricas marcadas pela fome, desigualdade, pobreza e extrema pobreza que representa os principais obstáculos à construção da cidadania em todas as dimensões de um Estado Democrático de Direito. Em que medida nestas condições se pode construir uma sociedade democrática? Com a real fragilidade da construção de um ideal de igualdade democrática, posta no governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro que traz a força de um modelo de sociedade bolsonarista (caracterizada e referenciada com características de racista, homofóbica, heteronormativa, hegemônica, colonialista, sexista e etc).

A globalização da economia, sob o neoliberalismo, atualmente produz o terror pela ameaça do desemprego para os ainda empregados, e a crescente exclusão econômica e social da maioria da população. A desigualdade social é cada vez maior e fica ainda mais evidente quando identificamos a efetiva participação dos países no processo de globalização da economia (PIRES; REIS,)

Esperanças como refere Paulo Freire se faz necessário, assim como Evaristo (2012) é tempo de ninguém se soltar de ninguém, mas olhar fundo na palma aberta a alma de quem lhe oferece o gesto. O lançar de mãos não pode ser algema e sim acertada

---

<sup>7</sup> Esses fungos devem ser mantidos a exatos 30,55°C e a temperatura externa varia enormemente, de 1,6°C, durante a noite, a 40°C durante o dia. Os cupins conseguem estabilizar a temperatura por meio de um sistema que está constantemente abrindo e fechando uma rede de túneis de ventilação para aquecimento ou resfriamento. Com um sistema de correntes de convecção cuidadosamente ajustado, os cupinzeiros sugam ar através da parte inferior dos montes, leva-o a galerias inferiores com paredes úmidas, para em seguida subir por um túnel, direto ao topo.

tática, necessário esquema. Buscando narrativas, repertórios que cheguem e acolham os grupos ,indivíduos e familiares no caminho de uma saída coletiva do caos com as seguranças socioassistenciais afiançadas.

E dispondo do princípio da historicidade;

Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã\*. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente. A "do-discência" – docência-discência – e a pesquisa, indicotomizáveis, são assim práticas requeridas por estes momentos do ciclo gnosiológico. (FREIRE, 1996., p.16)

**Figura 4.** Foto do dia da posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 01/01/2023



Foto: Hermes de Paula / O Globo

(...) um mundo no qual a Justiça não existe como instância conhecida e reconhecida na sua capacidade de dirimir conflitos e garantir direitos nas circunstâncias de quebra das regras da equidade; um mundo social no qual a lei não existe como referência a partir da qual os sofrimentos cotidianos possam ser traduzidos (e desprivatizados) na linguagem pública da igualdade e da justiça. Um mundo no qual a sobrevivência cotidiana depende inteiramente dos recursos materiais, das energias morais e das solidariedades que cada qual é capaz de mobilizar e que se organiza em torno de princípios inteiramente projetados da vida privada, com suas lealdades e fidelidades pessoais, com seus vínculos afetivos e sua teia multifacetada de identificações e sociabilidade” (TELLES, 1993).

Sendo assim, é com a imagem da posse e da reflexão de Telles (1993) que apresento a seguir processos com base na educação transformadora como instrumento fundamental para a sociedade que queremos e que estamos a construir cotidianamente.

### CAPÍTULO III - PROJETO DE INTERVENÇÃO

#### EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS É DIREITO: APRIMORANDO A PRÁTICA E AS OFERTAS DOS SERVIÇOS COM EDUCADORES(AS) SOCIAIS

##### CONTEXTUALIZAÇÃO:

Apesar de todo esforço, o Estado de Pernambuco, mesmo com seu arcabouço histórico e legislativo em processos formativos, os avanços no campo da educação permanente para os trabalhadores(as) do SUAS ainda aponta para desafios a serem enfrentados.

Desafio este, que é uma realidade contextualizada no país, onde a desigualdade é um dos maiores pesadelos que assombram, por pesadelo não se encontra apenas a dimensão subjetiva, ele é real. Principalmente no que se refere ao acesso à educação. É nesse cenário que os trabalhadores(as) da Assistência Social estão ancoradas, principalmente os trabalhadores e trabalhadoras de nível médio; uma vez que o foco dos processos formativos em sua maioria se direciona para os profissionais com escolaridade de nível superior. O que aponta diretamente na qualidade da oferta do serviço aos(às) usuários(as).

Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para de revolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VAZQUEZ, 1977, p. 207).

Apenas em 2014 que o Conselho Nacional da Assistência Social-CNAS ratificou e reconheceu, através da Resolução no 09/2014, às ocupações e **funções dos profissionais de nível fundamental e médio** do SUAS. Pauta pelos princípios éticos estabelecidos na NOB-RH/SUAS e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS 2012.

Portanto, ao nos referimos ao art. 10. Em que os profissionais de ensino médio e fundamental, inseridos no SUAS, reconhecidos na forma desta Resolução, deverão ser capacitados em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP SUAS/2013,

visando, respectivamente, sua formação técnica e profissional e qualificação profissional, tendo em vista o desenvolvimento de competências requeridas pelo SUAS.

Quando nos detemos ao processo de reconhecimento dos trabalhadores de nível médio e fundamental no SUAS, outras questões ganham visibilidade e exigem, igualmente, que nos debruçemos sobre as especificidades do trabalho social no SUAS, para avaliar o quão próximos estamos de produzir acesso a direitos como resultado dessas intervenções. Um primeiro aspecto que se torna visível diz respeito à forte presença desses trabalhadores na atenção direta a usuários. Os dados do Censo SUAS já vinham apontando desde o início desse levantamento anual que a força de trabalho no SUAS é composta majoritariamente por trabalhadores de nível médio e fundamental numa proporção em torno de 30% de trabalhadores de nível superior para 70% de outros níveis de escolaridade, portanto isso não era propriamente uma novidade. Mas ao dialogar mais de perto com esses profissionais e ao buscar conhecer seu cotidiano, o que o processo de reconhecimento permitiu ver é que há uma intensa responsabilidade desses profissionais no que se poderia denominar “linha de frente” do SUAS. (TORRES, 2014, p. 242).

Deste modo, os(as) trabalhadores(as) do SUAS de nível fundamental e médio têm importância fundamental para os processos de aprimoramento dos serviços e programas, logo, para o próprio Sistema. Portanto, olhar para o fortalecimento de ações de educação permanente para esse perfil significa refinar nossa prática e nosso chão de trabalho.

### **JUSTIFICATIVA:**

Diante do cenário nacional, em que o estado democrático de direito, assim como as políticas públicas têm sofrido com o agravamento e sequestro do recurso público em destaque para a política de assistência social. O que corrobora para a ausência de agendas, onde os processos de educação permanente estejam plantados. É notório a ausência de investimento financeiro na política de assistência social, a falta de recurso continua sendo utilizada nos discursos das gestões do trabalho nas três esferas públicas, ainda mais quando a questão se refere à educação permanente.

### **Conforme a Norma Operacional Básica NOB - SUAS -2012**

Art. 109. A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

III - a instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente com certificação;

Art. 112. As despesas que envolvem a gestão do trabalho devem estar expressas no orçamento e no financiamento da política de assistência social. Parágrafo único. Os entes federativos deverão assegurar recursos financeiros específicos para o cumprimento das responsabilidades compartilhadas. (BRASIL, 2012, p.47).

O não reconhecimento da educação permanente como prioridade, é revelador, para nós que reconhecemos a educação como um processo de libertação Cidadã. Não ter a educação permanente para trabalhadores e trabalhadoras que exercem sua função diretamente junto aos(às) usuários(as), nos faz persistir na discussão como estratégia e resistência.

Os benefícios da capacitação são até mesmo quantificáveis, quando pensamos que pessoas mais capazes decidem melhor e, portanto, otimizam a alocação de recursos de toda ordem. Num mundo permanentemente mutável, entretanto, a capacitação assume o caráter de um processo – afinal, sempre há o que aprender - e a organização se reveste do caráter de um ser permanentemente aprendiz (CURTY, 2001, p. 30).

Vivenciar a execução do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social/ PE, possibilitou-me uma análise da demanda reprimida de capacitação para trabalhadores(as) de nível médio do SUAS. O que levou olhar para o projeto de intervenção, onde farei um recorte aos que executam suas funções no Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A relação entre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV e a Política Nacional de Assistência Social, evidenciada na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada na Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009 com a descrição geral:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, TIPIFICAÇÃO, 2009).

Reconhecer o calibre deste serviço para os(as) usuários(as) da assistência social e todas as suas dimensões assim como a interlocução entre trabalhadores(as) e usuários(as) .

Busquei informações, com o idealizador da matriz pedagógica do curso SCFV, com coordenações educadores(as) sociais do serviço; levantamento através de análise documental, entrevistas professores(as) que executaram o curso, o qual foi ofertado para todo o estado de Pernambuco até 04 turmas, sendo 02 na modalidade virtual, mediante a emergência sanitária da COVID-19 e com o avanço da imunização da população, com a volta dos cursos na modalidade presencial foi executado (2) turmas. O que para o universo de trabalhadores e trabalhadoras do SCFV, fica explícito a necessidade de ampliação da cobertura com processos de educação permanente para esses trabalhadores(as).

Salientamos, que o foco do Programa CapacitaSUAS se destinava inicialmente a gestores, trabalhadores(as) com escolaridade de nível superior, ou na condição de conselheiros(as). O que afastava e impossibilitava a participação de trabalhadores(as) com escolaridade do nível médio deste processo de capacitação. E que geralmente ocupam função nos serviços, como educadores(as) sociais, oficinairos(as), merendeiros(as), trabalhadores (as) que estão no cotidiano mais próximos dos(as) usuários(as) e em sua maioria chegam para exercer a função sem passar por processo de capacitação.

Ainda não se tem clara a posição sobre os riscos e vulnerabilidades das famílias e as formas/metodologias de trabalho. O trabalho profissional que essa matricialidade sociofamiliar exige é por vezes simplificado por agentes treinados que atuam com mulheres para que desenvolvam trabalhos menos qualificados e ampliem a renda da família. Desse modo, não só se esquece a família como tal, como não se respeita um trabalho de gênero com mulheres (SPOSATI, 2009, p.50).

Pensar que o trabalhador(a) que desenvolve seu exercício profissional sem o conhecimento de sua atividade e atribuições; vai além do desrespeito, da perversidade, descompromisso da gestão tanto com o trabalhador e com o trabalho/serviço. No entanto, a Lei Orgânica de Assistência Social em traz no Capítulo III- Da Organização e da Gestão § V- implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). E mesmo com a prerrogativa da lei essa conquista foi possível através de muita luta. Garantir o processo de educação permanente para os trabalhadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de alargar a oferta da educação permanente para os operadores da política pública que se encontram mais próximos dos usuários, independentemente de sua escolaridade.

### **OBJETIVO GERAL**

- Refletir a intervenção na educação permanente para educadores(as) sociais do SUAS, a partir de um processo de educação democrática que garanta a possibilidade de ampliar a proteção social e o protagonismo produtivo para os sujeitos, famílias, grupos e segmentos populacionais, fortalecendo o trabalhador(a) e o trabalho social.

### **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Desenvolver junto aos trabalhadores(as) da Assistência Social as competências e capacidades específicas em reconhecer o direito à convivência familiar e à proteção da família por meio de ações centradas no fortalecimento da convivência, autonomia, vínculos, laços de solidariedade;
- Criar mecanismos de ações socioeducativas de convivência através das relações coletivas nos territórios que possibilitem a construção de intervenções assertivas junto aos(às) usuários(as);
- Valorizar e reconhecer o trabalhador(a) e o trabalho de ponta como um instrumento fundamental na entrega de uma política pública de direito com qualidade.

### **ATIVIDADES**

Será realizada formação para trabalhadores e trabalhadoras do SUAS nas mesorregiões do Estado que vão ser compreendidos como multiplicadores dos processos de educação permanente. Entendemos que a valorização e fortalecimento do operador da política pública perpassa por fundamentos ético-políticos teórico metodológicos para o exercício de práticas assertivas.

Passos importantes é necessário deixar demarcar, neste processo articulações com os facilitadores que ministraram os (04) curso para os Orientadores do SCFV, bem

como a com a gestão estadual da proteção social básica, gestores(as) municipais, por fim, mais não menos importante acionar o movimento social organizador do Encontro Nacional dos(as) Educadores(as) Sociais

1. Levantamento realizado a partir dos relatórios do acompanhamento técnicos e dos facilitadores de do curso do CapacitaSUAS/PE, cujo a temática é Orientadores Sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos - SCFV identificando demandas apontadas pelos (as) trabalhadores(as);
2. Levantamento do o perfil dos trabalhadores(as) do Capacita SUAS/PE, através do banco de dados da Gerência de Gestão do Trabalho do Estado, formulários de ACESSO SUAS 2021;
3. Aplicação de questionários a (02) operadores da política pública na esfera estadual direcionado aos trabalhadores (as) da proteção social de assistência social básica para conhecer suas percepções sobre a oferta dos municípios referente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos;
4. Realização de entrevista com os facilitadores que ministraram o curso é Orientadores Sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos – SCFV no Programa CapacitaSUAS/PE;
5. Diante da força do coletivo, na ação articulada, buscaremos parceria com gestores municipais representantes do Movimento Nacional de Educadores Sociais, assim como articulação interna com trabalhadores (a) com a Gerência de Proteção Social Básica buscando, identificar demandas apontadas pelos trabalhadores a partir do olhar da gestão estadual
6. Oferta de formação na região de Pernambuco, Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão.
7. Utilizar instrumento de avaliação no processo de avaliação e a verificação da abrangência.

## **METODOLOGIA**

O cuidado e valorização do trabalhador(a) na oferta de um serviço de qualidade para o(a) usuário(a) da política pública de Assistência Social. Ao qual os(as) trabalhadores(as) envolvidas estarão executando suas atividades nas mesorregiões do Estado, direcionada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

A indicação da oferta do curso será a partir da análise das demandas apresentadas no diagnóstico e definição de prioridades dos cursos do CapacitaSUAS/PE específica a essa temática. Diagnóstico disponível no Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social do Pernambuco - SIGAS, como também através de análise da demanda reprimida indicada pela Gestão do Trabalho do Estado. Articular e analisar essas informações são partes fundamentais do processo.

Tendo como percurso pedagógico previsto o desenvolvimento de formação, cuja metodologia visa a centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais para os trabalhadores(as) do SUAS que atuam no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na mesorregião do estado de Pernambuco.

Na abordagem da educação popular e a pedagogia de autonomia Freire (1996, p.28) salienta que

Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta à influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo.

Seria irônico se a consciência de minha presença no mundo não implicasse já o reconhecimento da impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença. Não posso me perceber como uma presença no mundo mas, ao mesmo tempo, explicá-la como resultado de operações absolutamente alheias a mim.

Neste caso o que faço é renunciar à responsabilidade ética, histórica, política e social que a promoção do suporte ao mundo nos coloca (FREIRE, 1996, p. 28).

Como também refere a Política de Educação em Saúde a sabedoria popular das curandeiras, rezadeiras

Ela pode se assentar em valores e perspectivas religiosas ou não. Está fortemente presente na luta dos movimentos e nas práticas populares de cuidado. Refere-se a dimensões da subjetividade, nem sempre conscientes, que são fundamentais na estruturação desta motivação e precisam ser consideradas e valorizadas nas práticas de saúde (BRASIL, CNEPS, 2012, p.11).

As turmas serão compostas por representatividade dos trabalhadores e trabalhadoras dos municípios do Estado de Pernambuco, com a perspectiva de 40 participantes com previsão de uma carga horária de 40 horas semanais.

Portanto, utilizar a educação popular no mergulho das reflexões vivenciadas, problematizadas e politizadas através de reflexões, ações, discussões, debates e provocações aliadas ao processo de intervenção proposto neste projeto.

Nesta caminhada há questões fundamentais das raízes geradoras da questão social, (capitalismo, patriarcado, racismo, Lgbtfobia...). Assim será atravessada a interseccionalidade, possibilitando ampliar a visão de mundo arejada progressista democrática. De modo que, seja possível compreender a importância da política sobre a segurança de convívio, autonomia, vínculo e a sua relação com o SCFV, tendo a compreensão dos eixos que orientam a execução do SCFV na oferta de um serviço de qualidade. São trabalhadores(as) que têm sua atuação em grupos formados por faixas etárias específicas entre crianças, adolescentes e idosos.

## **RESULTADOS ESPERADOS**

Mediante o resultado da intervenção, espera-se o fortalecimento ético político teórico metodológico do(a) trabalhador(a) do SUAS, o(a) operador(a) da política pública, tendo o aprimorado de práticas e oferta de serviço no reconhecimento e importância do posicionamento do ser político-coletivo do(a) usuário(a).

Portanto, através da formação, reafirma-se os saberes desenvolvidos no âmbito do Estado, a articulação entre seus processos de trabalho e a finalidade da política, com trabalhadores valorizados fortalecendo a operacionalização do SUAS. Ao debater sobre a natureza do trabalho na esfera pública e sua relação com os processos de reprodução social, com foco no protagonismo dos (as) trabalhadores (as) no enfrentamento da questão social na cena contemporânea e narrativas na perspectiva de ampliar a participação dos (as) trabalhadores (as) e usuários (as) em fóruns, conselhos e outros espaços de participação popular e exercício social como uma estratégia permanente da efetivação seguranças sociais.

## **AValiação**

Para alcançar os objetivos propostos, a avaliação prevista será processual, qualitativa junto a todos os atores envolvidos na construção e execução do processo de intervenção.

Ao entender a avaliação como um processo, e para tanto é importante envolver todas as etapas da execução. Na ocasião será utilizado entrevista semi-estruturada, rodas de diálogo, ao término de cada módulo do curso lançaremos mão do instrumento fundamental que é a escuta qualificada.

A avaliação de processo diária junto com os(as) cursistas. Assim como ao final do curso com aplicação de instrumental de avaliação composto de pontos que envolve todo o curso (estrutura física, metodologia, conteúdo, didática utilizada, avaliação da carga horária, desempenho do facilitador e a auto avaliação). Pois,

a disponibilidade de indicadores de contexto permite ao gestor e técnico acompanharem a conjuntura social e econômica e os eventuais efeitos conjugados de outros programas em curso, que podem afetar positiva ou negativamente a operação de um programa específico. Eventualmente, alguns desses indicadores poderão até mesmo refletir efeitos do programa em análise, pela sua escala de cobertura em determinado contexto ou da magnitude de seus serviços e produtos.

Pela intersetorialidade desejável dos programas sociais dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Educação e do trabalho seria importante buscar a série histórica de indicadores específicos nos sítios em que os dados estão disponibilizados. Talvez também seja interessante buscar informações de contexto em outros Ministérios (Justiça, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente etc.). Pode ser que o indicador não esteja disponível para o nível de desagregação territorial ou período desejado, mas mesmo assim pode ser útil. Pode ser que seja necessário construir, de fato, um indicador, a partir dos dados disponibilizados nesses sítios. Em um caso ou outro é importante conhecer o significado do indicador, o que ele está medindo, qual sua confiabilidade, limitações etc. (JANNUZZI, 2005, p.59).

Deste modo, compreendemos que os impactos das ofertas precisam e vão ser contextualizados a partir do cenário nacional, estadual e local que vão revelar muito sobre os processos avaliativos.

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ATIVIDADE	2022/2023											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Pesquisa bibliográfica	x	x	x	x	x							
Articulação de parceria	x	x	x	x	x							
Produção dos instrumentais		x	x	x	x	x						
Qualificação/Defesa do Projeto			x	x	x							
Elaboração de instrumentais de avaliação do processo de avaliação e a verificação da abrangência; Elaborar termos de autorização;				x	x	x						
Realização das entrevistas		x	x	x	x	x	x	x				
Levantamento do perfil dos trabalhadores (a)	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Sistematização dos dados da pesquisa			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Análise dos dados relatórios de acompanhamento técnico do curso e dos facilitadores - Orientadores Sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos - SCFV	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Organização de produção para publicação				x	x						x	x
Apresentação dos resultados de intervenção												x

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da educação do cidadão e da garantia de legitimidade das decisões, a participação tem ainda uma terceira função que é a de conferir às pessoas o

sentimento de pertencimento àquela instituição da qual participa com poder decisório. Assim, estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum (BRASIL, SCFV, 2013 p. 23).

Deste modo, na certeza que o fortalecimento do trabalhador(a) reflete em sua prática de forma positiva, seja na busca de saídas para o encontro das Seguranças Sociais e na emancipação dos(as) usuários(as) da política de assistência social.

Despertando no(a) cidadão(ã) o ser político, acessando seus direitos com dignidade, o desejo é que o sujeito possa intervir no projeto de sociedade que queremos, protegendo e sendo protegido pelos Direitos Socioassistenciais e Seguranças Sociais no país democrático de direito.

Diante disso, durante esses meses de estudo, tenho garantido o meu direito de trabalhadora do SUAS à educação e ao conhecimento científico, (re)visitando os meus saberes no encontro com outros trabalhadores e trabalhadoras, compartilhando descobertas e oxigenando campos do conhecimento ainda não acessados e/ou em constante processo de retroalimentação da prática cotidiana.

Pois bem, mas nem tudo foi essa maravilha, a rotina de trabalho enfrentada e o retorno à “normalidade” pós pandemia, o que não foi nada normal, mesmo as aulas sendo nas modalidade virtual foram incríveis, naqueles dias que achava que não ia dar, sempre tinha um(a) colega a levantar a nossa bola até a chegada do momento mágico com os professores e professoras facilitando nossas descobertas a partir de debates e de muitas construções. Foi incrível, sem falar do nosso momento presencial, o que posso dizer foi Show! O olho no olho, as formas mais gostosas de contato, os abraços a pessoas que você somente tinha visto através de uma tela de computador e que parecia que já éramos conhecidos de longas datas. E o quanto esse momento fortalece o trabalhador e o trabalho. E me fortaleceu enquanto trabalhadora do SUAS!

Os últimos acontecimentos no Brasil apontaram um cenário de violências e de inseguranças, conflitos e mortes: na escola, na creche, na periferia, por conflitos de todas as ordens. Repensar o convívio, a confiança onde os vínculos são construídos e o fortalecimento nas relações de proteção social é uma tarefa de todos e todas nós. A professora Beth que foi assassinada dentro da sala de aula, no estado de São Paulo, em

Santa Catarina, crianças mortas barbaramente. Enfim, todas as perdas de norte a sul do país revelam a necessidade mais que urgente de fortalecermos os nossos vínculos.

A assistência Social enquanto Política Social e Sistema tem um serviço robusto e rico em embasamentos teóricos e metodológicos, tipificado e com normativas específicas e detalhadas por ciclos etários, que é voltado aos indivíduos, famílias e grupos nos territórios, **o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV** é mais do que estratégico neste momento em que precisamos garantir um SUAS vivo. Investir nesse momento, no cuidado para com o SCFV, na garantia de que seja articulado e ofertado com as demais políticas. É a garantia de um SUAS fortalecido.

Pois, fatos como esses de tantas repercussões sociais são fenômenos explicados de maneira científica. Onde a população cada vez mais em situações de vulnerabilidade e de riscos, adoecida e com seus direitos violados na curva descendente do processo civilizatório demandam por uma gestão pública comprometida com os processos de transformação social.

A vivência no I Curso de Especialização em Gestão de Políticas Sociais possibilitou afiançar que estou no caminho certo com o projeto de intervenção em tela referido enquanto conjunto de ações de intervenções estratégicas para minimizar a reprodução da desigualdade social a partir e na execução da oferta do serviço SCFV. Além disso, uma viagem mais profunda ao encontro dos princípios éticos que orientam a intervenção dos(as) trabalhadores(as) da assistência social:

1. Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
2. Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
3. Promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
4. Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;
5. Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
6. Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
7. Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
8. Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;

9. Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
10. Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços (NOB-RH/SUAS, 2011, p. 19-23).

Nesta trajetória de formação em muitos momentos mergulhava em minhas vivências e quando os professores(as) se apresentavam e nos envolviam no conhecimento científico eu ia consolidando certezas e agregando valores indispensáveis. Foi importante as discussões e repensar que por quantas vezes em nome da proteção social à desproteção? A cidadania e desigualdade? Quando a proteção social de fato reconhece os protagonismos produtivos? Aprofundo esses conteúdos faz a minha atenção ficar mais concentrada em possibilidades concretas e exequíveis. Portanto, concluo com mais inquietações do que quando entrei. Mas na certeza, que o presente trabalho se inscreve enquanto referência nos estudos para fundamentar a importância da Educação Permanente e de seus processos continuados.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 8.742, de 07** de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)>. Acesso em: >13/02/2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em <[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_estrategica\\_participasus\\_2ed.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_estrategica_participasus_2ed.pdf)>. Acesso em: >28/05/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2012. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/115.pdf>>. Acesso em: >01/01/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, UNESCO, 2009. 424 p. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_estao\\_protectaosocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_estao_protectaosocial.pdf)>. Acesso em: >22/7/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição Necessária**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/gestaodotrabalhosuas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/gestaodotrabalhosuas.pdf)>. Acesso em: >01/02/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)>. Acesso em: >01/02/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**, 2006. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf)>. Acesso em: >11/06/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Brasília, 2013. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf)>. Acesso em: >20/05/2022

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS EM PAUTA**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 300p. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/gestao-do-trabalho-e-educacao-permanente-do-suas-em-pauta/>>. Acesso em: >20/05/2022.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**, Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. 15/7/2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Assistência Social - **Proteção de Assistência Social: segurança de acesso a benefícios e serviços**. Caderno Capacita SUAS, N. 2. 2013. Disponível em <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/CapacitaSUAS\\_Caderno\\_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/CapacitaSUAS_Caderno_2.pdf)>. Acesso em: >20/08/2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira; SILVEIRA, Jucimeri Isolda; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa de; CONSERVA, Marinalva de Sousa. **BOLSONARISMO E A POLÍTICA DE MORTE: as repercussões da crise econômica e sociosanitária no sistema de proteção social brasileiro. ANO? CIDADE? QUEM PRODUZIDO REVISTA?**. Disponível em <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20276/11365>>. Acesso em: 03/012/2023.

CNAS. **RESOLUÇÃO N° 33, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011**. Define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia\\_social/resolucoes/2011/Resolucao%20n%2033\\_2011.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2011/Resolucao%20n%2033_2011.pdf)>. Acesso em: 20/03/2023.

CNAS. **RESOLUÇÃO N° 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014** – Secretaria Nacional de Assistência Social. Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social –SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. Disponível em <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>>. Acesso em: >20/03/2023.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. Edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1982.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, vol.10, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>>. Acesso em: > 05/10/ 2022.

DESIGUALDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível

em<<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8602/1/Burocracias%20implementadoras.pdf>. Acessado em :<04/11/22.  
Estratégica e Participativa; 2013. Disponível em:<<http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/pneps-2012.pdf>. Acesso em :<25/06/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura). Disponível em<<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Acesso em:> 30/06/2022

GADOTT, Moacir -Paulo Freire e a educação popular- Revista Trimestral de Debate da FASE. Disponível em:<<https://sindacs.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/06/Paulo-Freire-e-a-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular.pdf>. Acesso em 11/11/2022.

JACCOUD, Luciana; ABREU, Maria Cristina. **Entre o direito e a culpabilização das famílias**: o que pensam os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sobre as ofertas e os beneficiários. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades, na implementação de políticas públicas, 2019. Disponível em< .  
<https://www.sigas.pe.gov.br/files/03122021013618jaccoud.e.abreu.entre.o.direito.e.a.culpabilizacao.das.familias.pdf>Acesso em:>20/11/2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

LEI Nº 17.556, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021.Dispõe sobre a Política de Assistência Social, a organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no Estado de Pernambuco, e altera a [Lei nº 11.297, de 26 de dezembro de 1995](#). Disponível em <  
 [> Acesso em 05 /02/2023.](https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=17556&complemento=0&ano=2021&tipo=&url=)

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: dilema do indivíduo nos serviços públicos. , Tradutor: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Enap (português): Brasília, 2019. Disponível em:<  
[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%c3%advel%20de%20rua\\_Michael%20Lipsky.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%c3%advel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf). Acesso em:>17/10/2022.

LOAS – **Lei Orgânica de Assistência Social** – Dispões sobre a organização da Assistência Social. 1993. Disponível em<  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAntada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAntada.pdf)Acesso em:>10/01/2022.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas**. In: LOTTA, Gabriela Spanghero. (Org.). Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019. 324. Disponível em< p.[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%)

[Alises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20B](#). Acesso em: >20/ 11/2022.

LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Categorizando Usuários “Fáceis” e “Difíceis”**: Práticas Cotidianas de Implementação de Políticas Públicas e a Produção de Diferenças Sociais. Dados, v. 63, 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/dados/a/cKV4L7jPJwPyFT87HLq7LkN/?lang=pt>. Acesso em: >20/ 11/2022.

MACHADO, Níve Fonseca. **A construção de uma vida digna e a batalha por legitimidade moral**: Fronteiras Simbólicas no Programa Bolsa Família 2022. Tese de doutorado. Disponível em <[http://anpocs.com/images/stories/CONCURSOS/2021/Teses\\_dissertacoes/83SD.pdf](http://anpocs.com/images/stories/CONCURSOS/2021/Teses_dissertacoes/83SD.pdf). Acesso em :>15/10/2022.

MEDEIROS, Rogério. **Interseccionalidade.....** IN: IPEA. Implementando Desigualdades Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. 2019. Disponível em <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades\\_reprodu%C3%A7%C3%A3o%20de%20desigualdades%20na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%Adticas%20p%C3%BAblicas.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9323/1/Implementando%20desigualdades_reprodu%C3%A7%C3%A3o%20de%20desigualdades%20na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%Adticas%20p%C3%BAblicas.pdf). Acesso em :<20/09/2022.

OLIVEIRA, Paula Vanusa de Santana Tavares de. **O SUAS e os novos desafios para a Gestão do Trabalho**. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude. Secretaria Executiva de Assistência Social: Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente, 2021. Disponível em <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/05312023040957-caderno.o.suas.e.os.novos.desafios.para.a.gestao.do.trabalho.08.11.2021.pdf> > Acesso em 20/05/2022.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.(Publicado em 1982). Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5770700/mod\\_resource/content/1/%5BPichon-Rivi%C3%A8re%5D\\_O%20Processo%20Grupal.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5770700/mod_resource/content/1/%5BPichon-Rivi%C3%A8re%5D_O%20Processo%20Grupal.pdf) >14/12/2022.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.(Publicado em 1982). Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5770700/mod\\_resource/content/1/%5BPichon-Rivi%C3%A8re%5D\\_O%20Processo%20Grupal.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5770700/mod_resource/content/1/%5BPichon-Rivi%C3%A8re%5D_O%20Processo%20Grupal.pdf) >Acesso 14/12/2022.

RAMOS, Frederico Roman. Cartografias sociais como instrumentos de gestão social: a tecnologia a serviço da inclusão social. RAP — **Revista Brasileira de Administração**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 65569, maio/junho.

RICO, Elizabeth M. (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em <<https://www.rbaval.org.br/article/10.4322/rbma201101004/pdf/1598015026-1-36.pdf>. Acesso em:>22/07/2022.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Ed. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo(USP) 1978.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil, 200. Disponível em< [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/concepcao\\_estao\\_protECAOSocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_estao_protECAOSocial.pdf). Acesso em:>01/02/2022.

TELLES, Vera da Silva, **Pobreza e Cidadania Dilemas do Brasil contemporâneo**. - Caderno CRH 19, Salvador, 1993. Disponível em<[http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1109\\_1427\\_tellesvera\\_crh.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1109_1427_tellesvera_crh.pdf). Acesso em:>01/02/2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun., 2012.